
O CIDADÃO PORTUGUÊS E A DEFESA:
UMA TOMADA DE CONSCIÊNCIA

Manuel da Silva e Costa

O CIDADÃO PORTUGUÊS E A DEFESA: UMA TOMADA DE CONSCIÊNCIA (*)

Perante as ameaças, velhas e novas, provenientes da conjuntura externa, mas também da situação interna, o cidadão, membro consciente da comunidade nacional deve assumir uma tríplice tomada de consciência:

- Consciência da cidadania e a defesa de um património colectivo que identifica e irmana todos os portugueses;
- O dever cívico de participar activamente na defesa deste património decorre organicamente da emergência dos conflitos sociais: conflitos externos e internos;
- Nos países democráticos tanto a Instituição das Forças Armadas como o dever do serviço militar são garantias funcionais e orgânicas da coesão social.

1. CONSCIÊNCIA DA CIDADANIA E A DEFESA DE UM PATRIMÓNIO COLECTIVO QUE A TODOS IDENTIFICA

A constatação fundamental e prévia à nossa reflexão é a seguinte: Portugal não sofre de crise de identidade como verificamos existir em algumas comunidades ou países europeus.

A comunidade portuguesa no dizer de E. Lourenço possui, ao contrário, uma «personalidade hiperidentificada» (1).

(*) Comunicação proferida em Viana do Castelo em 92.04.10, a convite do IDN, integrada no painel: «A Defesa Nacional Face à Nova Conjuntura Internacional».

(1) Lourenço, Eduardo, *Crise de Identidade ou ressaca imperial?*, in Prelo, n.º 1, 1983, pp. 15-22. Ver sobre o mesmo assunto: J.B. de Macedo, *Não temos o direito de desistir*, in Prelo, n.º 1, 1983, pp. 7-10; J.A. França, *Falemos antes de definição*, in Prelo, n.º 1, 1983, pp. 11-14; Eduardo Lourenço, *Identidade e memória, o caso português*, palestra proferida em Durhan (USA), 1984.

A Nação Portuguesa com todo o seu património é o valor estratégico fundamental que urge preservar, defender, conhecer e promover. Como diz o Senhor General Cabral Couto «ninguém defende aquilo que não ama nem ninguém ama aquilo que não conhece».

A nação é uma organização estável de pessoas que habitando o mesmo território, comunicam entre si através da mesma língua, estabelecem relações comportamentais e afectivas, partilham os mesmos valores culturais e assumem o mesmo modo de vida.

A nação é pois caracterizada e identificada a partir de quatro elementos essenciais:

- Território comum: o elemento geográfico constitui a base material de possibilidade da nação. Não é possível a formação de uma comunidade nacional sem território ou sem o apelo constante à posse de uma terra. Lembro o caso do povo judeu no passado e do povo palestino, no presente. O que o corpo é para a existência do espírito o território é para a nação^(?).
- População minimamente homogénea: elemento humano;
- Relações estáveis e institucionalizadas: elemento social;
- Património cultural comum: História, a Língua, a Religião, factores que constituem a componente simbólica.

A cidadania portuguesa e a personalidade de base ou modal do homem português

Para estudar as características básicas de cada povo os sociólogos e os antropólogos utilizam o conceito de personalidade de base ou de personalidade modal em contraponto com os conceitos de personalidade grupal e de personalidade estatutária. Assim: Kardiner, Linton, Dufresne consideram a personalidade de base aquela que resulta do processo de socialização e de integração dos indivíduos numa comunidade global e que se traduz pelo o estilo de vida e pela assimilação dos valores dessa comunidade. Esta personalidade modal é uma espécie de

(?) Há historiadores, sociólogos e geógrafos que discutem a relação entre território e nação. Todavia a história das nações mostra que o território, delimitado e ocupado, é a base corpórea da consciência colectiva e a espacialização de uma cultura, vivida e interiorizada, feita memória e elemento aglutinador de uma personalidade de base. A delimitação das fronteiras constitui a visibilidade espacial da delimitação das identidades e das culturas.

resíduo ou de núcleo duro da consciência colectiva, um esqueleto da estrutura da personalidade pois não exclui, antes integra a rica diversidade das personalidades grupais, regionais e estatutais ou institucionais (3).

Do ponto de vista metodológico o problema que se põe aqui é a possibilidade de delimitar os factores identificadores do «homem português» por oposição ao castelhano, bretão, flamengo, siciliano, etc. Para atingir esse objectivo poderemos seguir três vias metodológicas de abordagem:

- A perspectiva estética: esta via consistirá na inventariação e análise dos principais contributos recebidos do passado colectivo nos domínios da arte (arquitectura, escultura, pintura, música), da literatura, religião, etc., tendo em vista detectar uma tipologia do perfil do homem português. Haverá uma arte, uma arquitectura, uma literatura, um temperamento religioso específico e determinante do carácter de ser português?
A sociologia da literatura, da arte e da religião parecem apontar nessa direcção, isto é, a produção artística é condicionada por variáveis objectivas de produção e orientadora dos comportamentos sociais. Tal grupo tal produção artística (4).
- A perspectiva histórica-geográfica: esta via metodológica consistirá em analisar a influência dos acontecimentos fundadores marcantes da formação de uma consciência colectiva e nacional e até que ponto o elemento geográfico determina a constituição e a organização social de um povo. Esta perspectiva é designada tradicionalmente por escola histórica e escola geográfica. A questão de base a colocar será a seguinte: haverá acontecimentos na História de Portugal, que o marcaram indelevelmente a ponto de fazerem parte da sua personalidade e do seu património espiritual e psicológico? Por exemplo, o processo da reconquista, a constante oposição a Castela, o projecto dos descobrimentos? (5).

(3) As obras principais de Ralph Linton sobre a problemática da cultura e da personalidade são as seguintes: *The Cultural Background of Personality*, New York, 1945 e *The Science of Man in the World Crisis*, New York, 1945. Publicara igualmente em colaboração com Abram Kardiner, psicanalista, estudos de carácter etnográfico. Os principais são *The Individual and his Society*, 1939; e *The Psychological Frontiers of Society*, 1945.

(4) Sobre a sociologia da literatura e particularmente sobre a relação entre gosto literário, padrões estéticos e estruturas e identidades sociais aprez-nos citar, entre outros, Lucien Goldmann, *Pour une sociologie du roman*, Paris, Gallimard, 1964; Richard Hoggart, *Literature and society*, *American Scholar* n.º 35, pp. 277-289.

(5) Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, pp. 130-149, Porto, Liv. Figueirinhas.

Será a textura espacio-geográfica condicionante da sua autonomia político-institucional e da sua vocação ecuménica? ⁽⁶⁾.

- A perspectiva das Ciências Sociais, ou seja, da Antropologia, da Psicologia Social e da Linguística ⁽⁷⁾. É evidente que não podemos desenvolver todas estas abordagens. Apenas recordamos estudos como os de Malinowski e de Marcel Mauss sobre as grandes funções sociais dos sistemas culturais. De forma geral a análise cultural é o estudo das estruturas linguísticas poder-nos-á fornecer ricas informações sobre a personalidade do grupo social em causa.

Todas estas perspectivas, longe de se excluírem, são complementares dando-nos numa compreensão interdisciplinar os contornos multifacetados e poliédricos do carácter português. Por exemplo, de acordo com Jorge Dias uma comunidade identifica-se a partir de três elementos:

- O Homem: isto é as características ráticas do povo;
- A Terra: as características naturais, ambientais e climatéricas;
- A Tradição: a História, a Língua e a Religião.

A unidade étnica portuguesa é um facto que desde muito cedo contribuiu para a construção de uma coesão nacional. Portugal não conheceu no seu interior conflitos étnicos. Esta homogeneidade fundamental, no dizer de Jorge Dias, resultou do caldeamento de várias sub-raças da raça caucasóide, a que se vieram mais tarde misturar elementos de outras raças. Tal facto contribuiu para dar aos portugueses uma enorme plasticidade humana e um invulgar sentido universalista e ecuménico.

O elemento geográfico de forma alongada, montanhoso no interior, plano na faixa marítima, condicionou a instalação da maior parte da população ao

⁽⁶⁾ Sem cairmos nos exageros da perspectiva determinista de alguns representantes da Escola Geográfica, como Frédéric Ratzel ou Allen Semple, o meio natural exerce uma forte influência nas orientações históricas, na formação das mentalidades e na organização política dos povos. Relativamente a Portugal esta matéria é magistralmente analisada na obra de Orlando Ribeiro, *Geografia de Portugal*.

⁽⁷⁾ Bronislaw K. Malinowski, *The dynamics of Culture Change*, New Haven, Yale Univ. Press, 1945; Marcel Mauss, *Sociologie et Anthropologie*, Paris, P.U.F., 1960.

longo do Litoral emergindo os principais núcleos urbanos junto dos rios, pressionou no sentido da unidade política, e orientou definitivamente a produção económica, as trocas comerciais e a vocação atlântica de Portugal (*).

A Tradição estrutura-se a partir de *três projectos*: a reconquista; a independência em relação a Castela; a expansão marítima. Estrutura-se igualmente a partir de dois valores fundamentais e aglutinadores da personalidade portuguesa: a Língua e a Religião Católica.

De acordo ainda com a obra de Jorge Dias a cultura portuguesa será caracterizada pela sua: expansividade, adaptabilidade, vivo sentimento de amor à natureza, poético e contemplativo, gosto pela ostentação, afectivo e humano, saudosista, pouco exuberante e pessimista.

Este carácter complexo e pluriforme do homem português é bem expresso por Fernando Pessoa quando afirma: «existem três espécies de português: um começou a existir com a nacionalidade; outro, o português que o não é e que começou com a invasão mental estrangeira; o 3.º é o que começou a existir quando Portugal, de Nação se começou a esboçar Império.

O 1.º tipo constitui o substracto da Nação; o 2.º é o que governa o País e o terceiro é o que se perdeu com D. Sebastião em Alcácer Quibir. Aos três tipos são comuns as seguintes características:

- predomínio da imaginação sobre a inteligência;
- predomínio da emoção sobre a paixão;
- adaptabilidade instintiva» (*).

Em conclusão as características socioculturais da identidade nacional parecem ser:

O carácter homogéneo, até certo ponto, do território nacional;

A homogeneidade fundamental da população, apesar das características secundárias de cada subgrupo regional: miñoto, beirão, alentejano, algarvio, etc.

A unidade política existente desde a formação da nacionalidade onde o Estado e a Nação perfazem um sistema orgânico como o corpo e o espírito.

(*) Jorge Dias. *Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1960; do mesmo autor, *Estudo do Carácter Nacional Português*, Lisboa, Junta de Investigação Científica do Ultramar, 1971.

(*) Fernando Pessoa, *Sobre Portugal*, Lisboa, 1978.

Portugal é uno e indiviso desde a origem pois não resulta, como no caso da Itália, Espanha e outros países, de nenhum processo de fusão ou de reunificação de unidades políticas anteriores;

A unidade Linguística a ponto de Fernando Pessoa identificar a Pátria com a sua Língua;

A unidade de Religião que constituiu outro dos grandes factores de identificação e de construção da nacionalidade;

A unidade de Projectos Mobilizadores da população: Reconquista; Oposição a Castela e à Espanha; Descobrimientos. Hoje diríamos mobilização da população à volta de um projecto estratégico de desenvolvimento global do País que, consubstanciado na integração europeia, não o faça esquecer a sua mais genuína tradição atlântica.

Urge pois conhecer e interiorizar este património histórico, social e cultural, feito de espaço, de corpo e de espírito que constitui a Nação Portuguesa na sua qualidade de sociedade total. Conhecê-lo de forma sistemática é o primeiro passo para uma opção estratégica de defesa.

2. O CONFLITO E A DEFESA COLECTIVA

O dever cívico de participar na defesa colectiva decorre organicamente da natural emergência dos conflitos e das situações de crise.

Segundo a maioria dos sociólogos como R. Dahrendorf, Levis Coser, Galbraith, sem falar na tradição marxista, qualquer sociedade ou comunidade é atravessada continuamente por um sem-número de conflitos, de tensões e de contradições; o conflito e a violência são dados inerentes às organizações sociais e ao seu funcionamento ⁽¹⁹⁾.

⁽¹⁹⁾ Ralph Dahrendorf, *Classes et Conflits de classes dans la société Industrielle*, Paris, Monton, 1972; Claude Rivière, *Pour une sociologie des conflits*, in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXII, 1977, pp. 5-26; Manuel S. Costa, *A Violência Simbólica, um conceito Instrumental na Análise Social*, in *Factos e Ideias*, n.º 3, Braga, U.M., 1986; Lewis A. Coser, *The Functions of Social Conflict*, The Free Press, Glencoe III, 1958; Joaquim J. B. Romero, *Moderna Teoria do Conflito e da Violência, Concorrentes para o Esclarecimento da Fenomenologia da Defesa*, in *Nação e Defesa*, n.º 51, 1989, pp. 87-105.

Na perspectiva marxista os conflitos sociais, além de serem dados estruturais e permanentes, são fundamentalmente conflitos de interesses, derivados da desigual distribuição da propriedade. Assim eliminar os conflitos implicaria a destruição da propriedade privada dos factores de produção e a eliminação dos seus detentores, os capitalistas. A via estratégica seria a revolução e a instauração da ditadura do proletariado. A história e a sociologia desmentem esta perspectiva apocalíptica. Por um lado nem todos os conflitos sociais se podem reduzir a conflitos de classe ou de interesses económicos. Por outro lado os conflitos sociais não conduzem necessariamente à via revolucionária. A história e a evolução das sociedades industriais mostra não só que a revolução constituiu uma excepção mas também que os conflitos geraram e produziram mudanças importantes, tanto na estrutura económica, como nas instituições e nas mentalidades pela via da socialização, da mobilidade social, da educação e da assimilação dos modos e dos níveis de vida.

De qualquer modo não se pode negar que, do ponto de vista teórico, Marx abriu caminho a uma teoria explicativa da mudança social através dos factores conflituosos inerentes às estruturas sociais.

Todavia nas sociedades modernas, caracterizadas pela internacionalização da economia, pela constituição de grandes grupos económicos e pela formação de sociedades anónimas a propriedade dos factores de produção não coincide com o controlo social do processo produtivo.

Assim, como o reconhece R. Dahrendorf, a origem dos conflitos, o núcleo duro da polarização das tensões sociais e das lutas entre as diferentes camadas da população está antes na estrutura organizacional da sociedade, no seu modo de funcionamento mais ou menos formal, burocrático e hierarquizado.

Em todas as sociedades modernas o conflito emerge não só da desigual distribuição do poder económico e do poder social mas também a partir de toda uma pluralidade de factores: luta de gerações, tensões entre homens e mulheres no seio das famílias, concorrência de interesses e de projectos no seio das empresas, lutas partidárias pela conquista do poder político, lutas ideológicas e culturais pela apropriação dos sistemas educativos e dos meios de comunicação, etc. O conflito, sem cairmos no excesso de «homo homini lupus», de Hobbes no «Leviathan» ou no «struggle for life» do darwinismo, é pois um dado estrutural e permanente das sociedades organizadas.

Além disso é da natureza da sociedade que ela tenha um mínimo de organização. E organização quer dizer: estabilidade de relações sociais; hierarquia

de funções, o mesmo é dizer, existência de autoridade, de um poder político e de exercício legítimo da força; definição de ideias, de projectos históricos, de valores e de normas comportamentais que estão na base do consenso social; organização de um sistema de sanções e de mecanismos de socialização e de integração; Organização quer dizer, mecanismo de comunicação e de interacção. O conflito tanto pode ser um factor de mudança, de progresso e de desenvolvimento como, se não for bem gerido, controlado e encaminhado, pode ser a causa da decadência e da morte das nações. A história apresenta muitos exemplos de nações que, após um período de apogeu, entraram em decadência e desapareceram.

Em todas as sociedades existem em acção factores de vida e de progresso como factores de morte, tal e qual como nos organismos. Há que fomentar e desenvolver uns e anular o efeito mortífero dos outros.

No passado português podemos apontar como factores de vida e de crescimento da sua identidade nacional a matriz cultural judaico-cristã, a vocação atlântica e ecuménica e a unidade linguística.

Na actualidade o esforço colectivo de desenvolvimento integral e integrado do país, a preocupação generalizada em integrar o país na CEE, sem pôr em causa a independência nacional, o esforço comum de formação escolar e profissional da população, constituem factores de dinamismo e de coesão social.

Como factores de crise e de decadência poderemos enunciar:

Em relação ao passado os historiadores apontam várias crises que a Nação teve de ultrapassar bem como vários factores doentios que corroíam a alma portuguesa. Oliveira Martins no «Portugal Contemporâneo» enumerou os seguintes factores de crise: a crise de 1385 e de 1580-1640; as Invasões Francesas; a ida da Corte para o Brasil; a Revolução Liberal (perda do Brasil). O atraso industrial do séc. XIX em relação aos países europeus da época constitui outro factor, como hoje poderíamos acrescentar a perda de África da maneira como ela se processou.

Guerra Junqueiro referindo-se à sociedade do séc. XIX afirma: «O clero está desmoralizado, a burguesia corrupta até à medula, o exército incapaz de defender o país, a instrução miserável.»

António Sérgio e Manuel Antunes no «Repensar Portugal» apontam como vícios principais da sociedade portuguesa o excesso de burocracia, o clientelismo partidário, o centralismo exagerado. Tais vícios, infelizmente, ainda não foram expurgados da sociedade portuguesa corroendo as relações sociais e a coesão das instituições.

Outro dos vícios muito dominantes, tanto no passado como ainda no presente é a supervalorização de tudo o que é estrangeiro e a consciência miserabilista das nossas coisas, das potencialidades e dos valores nacionais. Este espírito miserabilista foi veiculado em grande parte pela chamada geração de 70. Fernando Pessoa na «Análise Mental da Vida Portuguesa» afirma que uma nação que habitualmente pensa mal de si mesma acabará por merecer o conceito de si que anteformou. Envenena-se mentalmente. Eduardo Lourenço refere-se por seu lado à «degradação masoquista» do carácter português.

Função social das Forças Armadas

As Forças Armadas ao lado de outras Instituições fundamentais da sociedade como a Família, a Escola, a Igreja, o Estado devem servir de mecanismos de defesa e de suporte social a uma consciência orgulhosa de ser português provocando processos educativos, tomadas de consciência das capacidades estruturais e mentais da sociedade e exercendo o papel de sentinela contra possíveis factores de desagregação, de decadência ou de descaracterização da alma e do corpo da Nação.

Hoje, por exemplo, se a integração na CEE é um factor poderoso de dinamismo económico e social pode implicar também alguns perigos tais como: a diminuição da importância atribuída às fronteiras territoriais, marítimas e aéreas; o enfraquecimento ou esquecimento da vocação atlântica e universalista do povo português; a passagem dos centros decisórios para as Instâncias Europeias pode diluir perigosamente a autonomia nacional; a descaracterização da cultura nacional e a desvalorização da nossa Língua dentro e fora do contexto nacional; a não assunção de uma estratégia coerente e global de valorização das nossas potencialidades naturais e humanas; esperar que o progresso e o bem-estar social provenham meramente de factores exógenos e não dos dinamismos internos. Já Oliveira Martins dizia: «um povo que viveu muitos anos de recursos estranhos (ouro e diamantes do Brasil) que se revela fanatizado (Jesuitismo), dividido por partidarismos e individualismos... é forçosamente um povo em decadência... eu vejo uma decadência no carácter e uma desnacionalização da cultura» 2.^a ed. «Portugal Contemporâneo».

As Forças Armadas exercem pois uma importante função social de vigilância, de prevenção e de correcção dos factores de decadência e de chamada de atenção para a defesa indefectível dos valores perenes da vocação portuguesa. Participar nesta função de sentinela é dever que incumbe à comunidade no seu todo.

3. A FENOMENOLOGIA DA DEFESA E A IMPORTÂNCIA SOCIAL DA INSTITUIÇÃO MILITAR NUM PAÍS DEMOCRÁTICO

Atribuímos ao conceito de defesa, na linha do que vimos expondo, o seu sentido mais amplo e abrangente: defesa da Pátria, do seu Património, dos seus valores, etc. A Constituição da República dedica os art.ºs 273 a 276 à Defesa Nacional. A Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas no seu art.º 1.º caracteriza a Defesa Nacional como «a actividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos no sentido de garantir, no respeito das instituições democráticas, a independência nacional, a integridade do território, a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externa».

O art.º 5.º especifica os objectivos permanentes da política de defesa:

- Garantir a independência nacional;
- Assegurar a integridade do território;
- Salvaguardar a liberdade e a segurança das populações, bem como a protecção dos seus bens e do património nacional;
- Garantir a liberdade de acção dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas e a possibilidade de realização das tarefas fundamentais do Estado;
- Contribuir para o desenvolvimento das capacidades morais da comunidade...
- Assegurar a manutenção ou restabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais.

O art.º 6.º, além de outros aspectos, estabelece que a política de defesa:

- tem um carácter permanente e global;
- abrange uma componente militar e uma componente não militar.

Do articulado legal se deduz que a defesa nacional é uma obrigação social fundamental que implica toda a sociedade desde o simples cidadão, como membro dum organismo vivo, até às Instituições: Família, Escola, Igreja, Forças Armadas, Empresas, Associações, Sindicatos, Autarquias, Partidos Políticos, Estado, etc.

As sociedades democráticas, dada a sua estrutura aberta e pluralista, estão mais sujeitas à formação de contrapoderes, de movimentos desagregadores, de conflitos abertos e de ameaças externas e internas.

Em consequência destes factores de vulnerabilidade, a Instituição Militar, moderna e coesa, torna-se numa das instituições básicas ou fundamentais da sociedade: não para garantir a permanência deste ou daquele partido no poder nem para ser o braço armado do regime mas para assegurar a execução dos grandes objectivos nacionais expressos acima no art.º 5.º da Lei de Defesa Nacional.

Por outras palavras a missão das Forças Armadas constitui uma componente integrante e socialmente indispensável da problemática da defesa nacional. A Lei apenas formulou em termos jurídico-políticos uma exigência orgânica decorrente dos pressupostos teóricos em que assentam as sociedades democráticas que, à semelhança dos organismos do reino vegetal e animal se dotam de mecanismos de defesa e de sobrevivência.

É evidente que a participação dos cidadãos, homens e mulheres, nos objectivos de defesa colectiva não pode ser apreendida como uma imposição arbitrária do poder. A comunidade nacional é um sistema de comportamentos sociais em interacção que significa interconexão de pessoas e de grupos. Segundo a teoria do equilíbrio dos sistemas o consenso social resultará do fluxo de trocas psicológicas, económicas e sociais verificadas entre os indivíduos e o todo nacional ⁽¹⁾. Todo o cidadão dará livremente o seu contributo para o todo na medida em que recebe um conjunto de vantagens iguais ou superiores às contribuições que lhe são exigidas pelas autoridades. Numa altura em que as ameaças não são socialmente perceptíveis pela maioria dos cidadãos, impõe-se da parte dos poderes um esforço pedagógico em ordem a uma tomada de consciência de que, apesar disso, um organismo social em bom estado de saúde deve conservar todos os estímulos de defesa e de resposta adequada às ameaças vindas do meio envolvente, interno e externo.

Por exemplo, neste momento, além da consciência de cidadania portuguesa está emergindo a consciência de cidadania europeia. Como construir política, social e culturalmente uma consciência de «cidadão europeu» sem desagregar a consciência nacional?

A participação dos cidadãos na política de defesa nacional — tanto no vector militar como no vector não militar dessa política — é uma obrigação funcional de todos os membros da colectividade.

⁽¹⁾ J. G. March e H. A. Simon, *Les Organisations*, Paris Dunod, 1979. Particularmente o cap. IV, 4.1 *La théorie de l'équilibre de l'organisation*, p.82.

O serviço militar tal como é definido a cada momento pela legislação em vigor, aparece não como uma imposição arbitrária do poder político mas, ao contrário, como a consequência lógica e a institucionalização de um dever de cidadania que antes de mais põe em acção os mecanismos instintivos de defesa e de sobrevivência do todo nacional que nós somos: um território indiviso, uma história comum, uma mesma língua, um povo que tem orgulho de ser português.

Manuel da Silva e Costa

Professor Associado
Instituto de Ciências Sociais
Universidade do Minho